

Processo ()

Parte ()

Advogado ()

Número ?

Único

Antigo

Execução

CDA

0019245-62.2020.8.17.200

Consultar

▼ 1º GRAU - Eletrônico

()

0019245-62.2020.8.17.2001

Orgão Julgador

Seção B da 27ª Vara Cível da Capital

Classe CNJ

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Assunto(s) CNJ

Partes

Exibir todas

Exibindo 5

AUTOR

PEDRO HENRIQUE DE SENA DA SILVA

ADVOGADO(A)

ADSON XAVIER ALVES

REU

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

REU

TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.

ADVOGADO(A)

RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO

Movimentações

Exibir apenas 5 últimas

Exibindo todas

22/02/2022 15:42

Arquivado Definitivamente

22/02/2022 15:42

Expedição de Certidão.

**16/12/2021 18:23**

Expedição de intimação.

**06/12/2021 17:10**

Expedição de Alvará.

**06/12/2021 13:53**

Expedição de intimação.

**02/12/2021 15:46**

Extinta a execução ou o cumprimento da sentença

(Clique para expandir) ... atisfeita a obrigação e extinguirá o processo. 08. In casu, verifico que o(a) ré(u) depositou, espontaneamente, ou seja, antes de intimado(a) para o cumprimento de sentença, em juízo o valor que entendia devido e a parte autora, por sua vez, manifestou anuência, razão pela qual deve ser declarada satisfeita a obrigação. 09. Diante do exposto, DECLARO satisfeita a obrigação do(a) ré(u) e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO, nos termos do art. 526, §3º, do CPC. 10. Determino, por conseguinte, a expedição de alvarás, sendo um em favor da parte autora, no valor de R\$ 2.135,01 (dois mil, cento e trinta e cinco reais e um centavos), e outro em favor do causídico habilitado, Dr. Adson Xavier Alves, OAB/PE nº 40.167, no valor de R\$ 213,50 (duzentos e treze reais e cinquenta centavos), com as devidas atualizações, se houver. 11. Expedidos os alvarás, arquivem-se os autos. 12. Intimem-se. Cumpra-se. Recife, 2 de dezembro de 2021. Ana Carolina Fernandes Paiva Juíza de Direito

**02/12/2021 12:37**

Conclusos para despacho

**19/11/2021 17:32**

Conclusos para o Gabinete

**24/09/2021 10:15**

Juntada de Petição de outros (petição)

**16/09/2021 16:56**

Expedição de intimação.

**10/09/2021 22:36**

Proferido despacho de mero expediente

Tribunal de Justiça de Pernambuco Poder Judiciário Seção B da 27ª Vara Cível da Capital AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FÓRUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 Processo nº 0019245-62.2020.8.17.2001 AUTOR: PEDRO HENRIQUE DE SENA DA SILVA REU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA DESPACHO 01. Ao analisar os autos, verifico que a parte ré, por meio da petição de ID 85583782, requereu a juntada do comprovante de depósito judicial referente ao valor da condenação. 02. Desta feita, intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o comprovante de pagamento apresentado pelo réu, advertindo-a de que o silêncio importará em concordância com os valores depositados. Recife, 10 de setembro de 2021. Ana Carolina Fernandes Paiva Juíza de Direito

**10/09/2021 09:52**

Conclusos para despacho

**10/09/2021 09:19**

Juntada de Petição de certidão

**09/09/2021 11:44**

Conclusos para o Gabinete

**09/09/2021 11:41**

Expedição de Certidão.

**26/08/2021 09:36**

Juntada de Petição de petição

**05/08/2021 13:20**

Juntada de Petição de petição

**13/07/2021 16:49**

Expedição de intimação.

**06/07/2021 21:25**

Expedição de Alvará.

**06/07/2021 14:29**

Expedição de intimação.

**02/07/2021 23:29**

Julgado procedente o pedido

(Clique para expandir) ... ento de custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85 do CPC. 34. Ademais, considerando que a expert exerceu o múnus que lhe foi atribuído (vide laudo pericial de ID 81664163), determino a expedição de alvará para liberação do valor depositado em conta judicial à disposição deste juízo (ID 78935568), com as devidas atualizações, no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais), em favor da perita, Dra. Priscila Costa Lima Lemke (inscrita no CRM-PE 19.388). 35. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Apresentada apelação, intime(m)-se o(s) recorrido(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias e, após, encaminhe-se os autos ao TJPE. 36. Observe a Diretoria Cível o Provimento CM 07/2019 quanto às custas processuais. 37. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Recife, 02 de julho de 2021. Ana Carolina Fernandes Paiva Juíza de Direito

**01/07/2021 13:47**

Conclusos para julgamento

**18/06/2021 15:16**

Juntada de Petição de petição

**07/06/2021 14:58**

Juntada de Petição de petição

**07/06/2021 14:19**

Expedição de intimação.

**01/06/2021 16:43**

Juntada de Petição de outros (documento)

**19/04/2021 13:26**

Juntada de Petição de petição

**04/03/2021 22:07**

Expedição de intimação.

**04/03/2021 22:03**

Expedição de intimação.

**04/03/2021 22:03**

Expedição de intimação.

**04/03/2021 21:56**

Expedição de Certidão.

**25/02/2021 10:28**

Conclusos para despacho

**28/01/2021 11:38**

Juntada de Petição de outros (documento)

**15/01/2021 08:33**

Expedição de intimação.

**13/01/2021 18:53**

Proferido despacho de mero expediente

(Clique para expandir) ... ernambuco Poder Judiciário Seção B da 27ª Vara Cível da Capital AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( ) Processo nº 0019245-62.2020.8.17.2001 AUTOR: PEDRO HENRIQUE DE SENA DA SILVA REU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA DESPACHO 01. Ao analisar os autos, verifico que não consta instrumento de mandato da ré conferindo poderes ao advogado que subscreve a contestação de ID 64727285. 02. Conforme é cediço, o juiz verificando a irregularidade de representação processual deve determinar a intimação da parte para sanar o defeito (CPC, art. 76). 03. Desta feita, determino a intimação da parte demandada para, no prazo de 10 (dez) dias, regularizar a sua representação processual, sob pena de ser considerado revel, nos termos do art. 76, §1º, inciso II, do CPC. Recife, 13 de janeiro de 2021 José Gilmar da Silva Juiz de Direito

**12/11/2020 11:03**

Conclusos para despacho

**12/11/2020 10:46**

Expedição de Certidão.

**05/11/2020 08:11**

Juntada de Petição de certidão

**03/09/2020 12:17**

Expedição de intimação.

**21/08/2020 07:28**

Juntada de Petição de certidão

**30/07/2020 18:36**

Expedição de Certidão.

**15/07/2020 14:02**

Juntada de Petição de contestação

**15/04/2020 17:04**

Expedição de citação.

**15/04/2020 17:04**

Expedição de citação.

**15/04/2020 17:04**

Expedição de intimação.

**15/04/2020 16:55**

Concedida a Assistência Judiciária Gratuita a "nome da parte".

(Clique para expandir) ... de sua sucumbência (CPC, art. 98, § 2º), bem como sem afastar o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas (CPC, art. 98, § 4º). 02.

Outrossim, considerando a especificidade da causa e a improbabilidade de realização de acordo nesse momento processual em face a ausência de laudo pericial de quantificação da lesão, postergo a audiência de conciliação ou mediação para outra oportunidade, uma vez que incumbe ao juiz promover, a qualquer tempo, autocomposição e adequar o procedimento às necessidades do conflito, a fim de tutelar de modo mais efetivo a pretensão deduzida (CPC, art. 139, incisos V e VI). 03. Desta feita, determino a citação da parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada dos respectivos expedientes aos autos (CPC, art. 231), apresentar contestação, com as advertências do art. 344 do CPC. 04. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Recife, 15 de abril de 2020. Ana Carolina Fernandes Paiva Juíza de Direito

**15/04/2020 16:55**

Proferido despacho de mero expediente

(Clique para expandir) ... de sua sucumbência (CPC, art. 98, § 2º), bem como sem afastar o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas (CPC, art. 98, § 4º). 02.

Outrossim, considerando a especificidade da causa e a improbabilidade de realização de acordo nesse momento processual em face a ausência de laudo pericial de quantificação da lesão, postergo a audiência de conciliação ou mediação para outra oportunidade, uma vez que incumbe ao juiz promover, a qualquer tempo, autocomposição e adequar o procedimento às necessidades do conflito, a fim de tutelar de modo mais efetivo a pretensão deduzida (CPC, art. 139, incisos V e VI). 03. Desta feita, determino a citação da parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada dos respectivos expedientes aos autos (CPC, art. 231), apresentar contestação, com as advertências do art. 344 do CPC. 04. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Recife, 15 de abril de 2020. Ana Carolina Fernandes Paiva Juíza de Direito

**15/04/2020 09:50**

Conclusos para decisão

**15/04/2020 09:49**

Distribuído por sorteio

## Audiências

Clique AQUI (<https://www.tjpe.jus.br/audiencias>) para visualizar as audiências digitais gravadas para este processo.

---

**Tribunal de Justiça de Pernambuco - [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) (<http://www.tjpe.jus.br>)**